

**As comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972:
uma festa esquecida?**

JANAINA MARTINS CORDEIRO*

Em outubro de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici instituiu uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil que se realizariam em 1972 (*Jornal do Brasil*, 09/10/1971: 15). Era o início dos preparativos da maior festa cívica nacional realizada sob a ditadura. Em seguida, em janeiro de 1972, foi criada a Comissão Executiva Central para dirigir e coordenar as comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil (CEC) (CORRÊA, 1972: 14). Presidida pelo General Antônio Jorge Corrêa, a CEC integrava membros de ministérios civis e militares, além de importantes instituições da sociedade civil¹. Sob este aspecto, a comissão representou um bom exemplo de como a ditadura usufruiu e soube articular, sempre, apoios civis e militares.

Assim, desde janeiro de 1972 vivia-se no país sob a expectativa do início das comemorações, mas foi em 21 de abril, dia de Tiradentes, que as festas começaram oficialmente, para somente serem encerradas no dia 7 de setembro. A ideia era iniciar as comemorações com os chamados “Encontros Cívicos Nacionais”, evento que deveria acontecer em todas as cidades do país e que consistia, de acordo com o presidente da CEC, Antônio Jorge Correia, em acontecimento

inédito no mundo, com a mobilização da população de todo o país para, numa mesma hora, em praças públicas, escolas, hospitais e até penitenciárias ouvir a saudação e chamamento do presidente Médici (...) e cultivar a bandeira entoando o Hino Nacional. (Jornal não identificado, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência)

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. Bolsista CAPES.

¹ Eram eles os Ministros da Justiça, das Relações Exteriores, da Educação, Marinha, Exército e Aeronáutica, além dos chefes dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Conselho Federal de Cultura (CFC), da Liga de Defesa Nacional, da Associação de Emissoras de Rádio e TV e da Associação Brasileira de Rádio e TV. A matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* e citada anteriormente, mencionava também a participação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre as instituições que compunham a CEC.

O encerramento, no dia 7 de setembro, teve lugar na colina do Ipiranga, em São Paulo, local onde foi proclamada a independência em 1822 e onde ocorreria a inumação dos despojos mortais de D. Pedro I, ao lado da Imperatriz Leopoldina, após sua peregrinação por todo o país, desde abril daquele ano.

Os Encontros Cívicos em abril e a peregrinação dos despojos de D. Pedro I, seguida de sua inumação no Ipiranga em setembro foram os dois acontecimentos maiores de uma festa que teve como característica mais marcante a multiplicação, país a fora, de eventos comemorativos os mais diversos ao longo de todo o ano de 1972. Entre uma data e outra, a rememoração dos dois maiores heróis do panteão nacional – Tiradentes e D. Pedro I; entre uma data e outra, cinco meses inteiros de festas nos quais a ditadura se expôs solene aos brasileiros, festejando a história-pátria, mas também e principalmente, o presente e as perspectivas de futuro.

Desse modo, ao Encontro Cívico Nacional, no dia de Tiradentes, seguiu-se, logo após, no dia 22 de abril, a chegada dos restos mortais de D. Pedro I, vindo de Lisboa para o Rio de Janeiro. A partir desta cidade teve início a peregrinação dos seus despojos por todas as capitais brasileiras, de abril a setembro, quando finalmente chegaram a São Paulo para o grande encerramento das festividades. Em junho, tiveram início os jogos da Taça Independência, um campeonato internacional de futebol, que reuniu diversas seleções do mundo (*O Cruzeiro*, junho, 1972)². Antes, em maio, havia começado a Corrida do Fogo Simbólico da Pátria (*A notícia*, 1972. Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência)³.

As comemorações do Sesquicentenário da Independência talvez seja o momento que melhor sintetiza tanto a euforia gerada pelos *anos de ouro* do Milagre brasileiro, bem como seu *esquecimento*. Ou antes, seu *silenciamento*. Uma festa grandiosa, prevista para ter duração de quase seis meses e que mobilizou o país de norte a sul, apelando ao imaginário cívico-nacionalista brasileiro. Com algumas exceções,

² O torneio aconteceu entre 11 de junho e 6 de julho de 1972 e reuniu seleções de todo o mundo, dentre as quais – e além da seleção brasileira, tri-campeã mundial de 1970 -, as seleções da Argentina, Uruguai, Tchecoslováquia, Rússia, Iugoslávia e Portugal.

³ Evento realizado anualmente pela Liga de Defesa Nacional, desde 1938, em 1972 o fogo simbólico saiu de quatro pontos diferentes do país em homenagem ao Sesquicentenário da Independência, percorrendo o interior e capitais, até chegar a São Paulo, em 1º de setembro, quando foi oficialmente aberta a Semana da Pátria.

sobretudo em relação a determinadas notas de *O Pasquim*, principalmente do cartunista Henfil, que enterrou em seu “cemitério dos mortos-vivos” algumas figuras públicas que participaram da festa, como Tarcísio Meira, Glória Menezes, Marília Pêra e Elis Regina, não houve maiores protestos por parte da sociedade civil.

Entre abril e setembro de 1972, a ditadura desfilou tranquilamente pelas ruas do país, ora representada pelo esquife de D. Pedro I, ora representada pela figura dos três generais-presidentes – Castello Branco, Costa e Silva e Garrastazu Médici – que estampavam os selos comemorativos do Sesquicentenário e do oitavo aniversário da “Revolução de 31 de março” (*O Cruzeiro*, 19/04/1972: 60-61). Eventos grandiosos combinados à mobilizações de caráter regional, municipal ou mesmo escolar, além das inúmeras pequenas cerimônias oficiais, envolvendo os círculos governamentais ou ainda aquelas que reuniam a comunidade acadêmica, associações de bairro, esportivas e religiosas permitiram que os festejos se impregnassem de maneira muito forte ao cotidiano das pessoas.

Assim, uma das características que garantiram o sucesso da festa foi justamente sua capacidade de mobilizar e tocar a vida cotidiana das pessoas. Ora, uma comemoração que se propõe uma duração de quase seis meses, não sobrevive apenas de grandes eventos, embora estes tenham sido relativamente numerosos e verdadeiramente grandiosos. Dessa forma, os valores, os heróis do passado, as conquistas presentes e a construção do futuro, as idéias centrais com as quais a comissão organizadora dos festejos trabalhou, ia ao encontro dos anseios de camadas significativas da sociedade, sendo capaz de mobilizá-las em seus ambientes mais cotidianos: escolas, bairros, sindicatos, supermercados, estádios de futebol, etc. Tudo remetia à ideia de que havia algo para se festejar. Nesse sentido, a questão da formação do consenso em torno do Sesquicentenário e de maneira mais geral, da ditadura, esteve diretamente ligada ao processo de “cotidianização da festa”.

Sob este aspecto, pode-se dizer que o Brasil jamais viu comemoração como a do Sesquicentenário. A ideia de civismo, então trabalhada diariamente nas escolas e de acordo com a qual “o cidadão fazia parte de um organismo maior e precisava realizar sua parte para o melhor funcionamento e crescimento desse organismo”, no qual cada um possuía o seu papel (FILGUEIRAS, 2006), foi colocada em prática de maneira festiva pelas ruas de todo o país durante todo o ano de 1972. A recuperação da tradição

cívica brasileira, a qual certamente não foi inventada pela ditadura – mas que ganhou novas tonalidades, então – foi acionada com sucesso pela CEC, ligando o passado *glorioso* do país à ideia, cara ao Brasil do *Milagre*, de que cada cidadão estava colaborando para a construção do *Brasil grande*. Passado, presente e futuro estavam naquele momento indelevelmente unidos. Demonstravam que a ditadura havia sido capaz de estabelecer diálogo com a sociedade, de acionar antigos sentimentos e tradições, de recuperar heróis e de se fazer popular através da figura histórica e ambivalente de D. Pedro I, mas também, através da figura de seu presidente, o temido, porém, amado, General Médici.

Não obstante, há uma certa dificuldade em reconhecer o sucesso da festa e, nesse sentido, as comemorações do Sesquicentenário são um importante espelho para percebermos como a sociedade lida ainda hoje com a memória sobre os *anos de ouro* da ditadura civil-militar. Na verdade, aquele ano festivo foi colocado, literalmente, no rodapé da história. São raras as referências às comemorações do Sesquicentenário da Independência e, as que existem, em geral confirmam apenas o discurso rememorativo sobre aquele período, fortemente ancorado no *mito da sociedade resistente*. Uma rápida pesquisa em sites de busca da internet, revela que, na memória coletiva o que restou do Sesquicentenário foram breves referências, em geral associadas ao filme *Independência ou Morte*, que aqui aparece reduzido a apenas mais uma *estratégia de propaganda* da ditadura. Em outros casos, observamos alguns colecionadores, desejando vender selos e medalhas comemorativos do Sesquicentenário, intento quase sempre mal sucedido. De fato, não há mais compradores para aquelas *reliquias*.

Enfim, os registros mais correntes associam a festa ao caráter manipulador da propaganda da ditadura, ou a um evento ao qual a sociedade foi *obrigada* a comparecer, como podemos perceber, por exemplo, no texto “Sesquicentenário da Independência”, da escritora catarinense Urda Alice Klueger, no qual a autora afirma:

*Nunca tínhamos ouvido, antes, a palavra sesquicentenário, mas tivemos que embarcar num ano de comemorações em cima da palavra desconhecida, com direito ao Hino do Sesquicentenário e tudo o mais*⁴.

⁴ Cf: http://www.vaniadiniz.pro.br/Colunas/urda/urda_sesquicentenario_da_independencia.htm. Acesso realizado em 31/05/2010.

O trecho é muito expressivo da forma como a sociedade lida com a ditadura: esta foi uma coisa de *militares*. A população quando participou, *se* participou, foi porque *teve que embarcar* numa *viagem* que ela definitivamente não desejava fazer, acuada pelas armas, *seduzida* pela propaganda a qual, de acordo com essa memória, soava como uma espécie de *canto da sereia*, enfeitando a todos que tivessem ouvidos para ouvi-la.

Em seu trabalho sobre as comemorações da Independência durante a ditadura, Maud Chirio constata a expressiva participação popular nas festas desde 1969 e analisa que essa construção de memória que questiona a popularidade das festas do período começou a aparecer já em 1985. De acordo com a historiadora, entre 1985 e 1986, “numerosas teorias impõem a ideia de um renascimento do patriotismo brasileiro” (CHIRIO, 2001: 72), como se antes ele estivesse morto ou, ao menos, agonizante. Para ela, esses dois primeiros anos de governo democrático são profundamente marcados, no que concerne às comemorações da Independência, por uma tentativa de delimitar suas diferenças com relação ao regime anterior. Assim, “tudo, como os comentários concernentes aos desfiles, recusam considerar a possibilidade de sua popularidade sob o regime militar, fala-se em 1985 do retorno de um patriotismo completamente desaparecido há pelo menos duas décadas” (CHIRIO, 2001: 72).

Ainda segundo a autora, desde 1969, a ditadura começou a investir significativamente em comemorações grandiosas do 7 de setembro. Naquele ano, em artigo para o *Jornal do Brasil*, o cronista Carlos A. Dunshee de Abranches assinalava a emergência de uma nova preocupação na organização das festas: se antes a Semana da Independência era comemorada de maneira formal, a partir de então ela deveria se realizar em meio às manifestações populares, com o objetivo de dar novo significado cívico ao episódio histórico de 1822 (CHIRIO, 2001: 79). Curioso notar como em pouco mais de 15 anos, no mesmo jornal, mas agora através das palavras da cientista política Lúcia Hipólito, a questão da popularidade das festas da ditadura foi completamente ressignificada: em artigo do dia 6 de setembro de 1985, Hipólito analisava que sob a ditadura as ondas de patriotismo eram produzidas, mais ou menos, com uma frequência de uma vez a cada quatro anos. O patriotismo existia, mas ele acabava *inibido* por uma “exaltação excessiva das Forças Armadas” (CHIRIO, 2001: 72).

Aqui, para além do esvaziamento da popularidade das festas e da ditadura de maneira geral, é interessante chamar atenção para um argumento em particular, o qual aparece com relativa frequência a partir do processo de redemocratização do país e que, ao fim, confirma o ponto central a partir do qual se travam as batalhas de memória em torno da participação social durante a ditadura: trata-se da questão da militarização da vida social, sobretudo dos espaços públicos e das comemorações de datas cívicas, como se fosse algo característico exclusivamente da ditadura pós 1964. Mais que isso, como se fosse um processo *forçado* e artificial. É certo que, a partir do golpe a valorização do elemento militar e a *exaltação das Forças Armadas* foram acentuadas em virtude mesmo da centralidade que os militares possuíam no golpe e nos governos que se seguiram. Essa exaltação foi ressaltada a partir dos anos 1970, quando o governo passou a investir pesadamente em propaganda e o *soldado* foi tema de algumas campanhas, numa tentativa de aproximar Forças Armadas e sociedade civil (Cf: FICO, 1997). Também nesse sentido contribuía o incentivo governamental às Olimpíadas do Exército a partir de fins dos anos 1960.

Não obstante, o aspecto *militarizado* da vida pública brasileira é muito anterior a 1964. A professora Rosa Fátima de Souza analisa bem esta questão ao tratar do que ela chama de “militarização da infância” a partir de “práticas de natureza patriótica e cívico-militar” que predominaram nas escolas primárias brasileiras desde o início do século XX, através, por exemplo, da introdução de disciplinas como “Ginástica e exercícios militares”, a criação dos chamados “Batalhões Infantis”, ou ainda a prática do escotismo escolar. De acordo com a autora, tais elementos são parte de um projeto maior de construção da nacionalidade brasileira ainda na primeira metade do século XX (SOUZA, 2000: 105). Por outro lado, não se pode esquecer do calendário cívico varguista, tão rico em desfiles de jovens estudantes pelas ruas que simulavam ou se aproximavam muito de paradas militares, buscando um ideal de disciplina – corporal, sobretudo, para os quais as Forças Armadas sempre foram importante modelo (PARADA, 2009).

Em suma, a *militarização* da vida pública no Brasil é uma tradição relativamente longa, presente em toda a primeira metade do século XX brasileiro desde a Proclamação da República, apropriada pela ditadura do Estado Novo e mais tarde ressignificada e reabilitada pela ditadura pós 1964. Diferentemente do que a memória coletiva

consolidaria mais tarde, a exemplo do que podemos ver no texto de Lúcia Hipólito em 1985, a “exaltação excessiva das Forças Armadas” longe de ser um aspecto que prejudicasse a popularidade das comemorações durante a ditadura era, ao contrário, um aspecto já antigo da cultura cívica brasileira, de forma alguma estranha àquela sociedade e pode-se dizer mesmo que as características militares das festas fossem um atrativo para aquela gente, já habituada à *mise-en-scène* militar.

Não obstante, o que parece acontecer é uma espécie de negação do forte enraizamento que a cultura política militar possui para o imaginário cívico brasileiro. Tal apagamento ganhou força à medida em que avançava o processo de redemocratização do país e os militares foram, em boa ordem, abandonando a cena política e voltando aos quartéis. Em última instância o *esquecimento* da centralidade desta *mise-en-scène* militarizada confirma, para o caso da memória sobre a ditadura, as versões de que as Forças Armadas são um elemento *alienígena* dentro da sociedade brasileira e, por isso, o golpe e a ditadura de 1964 lhes eram igualmente estranhos, não tendo nunca contado com apoio social. Todavia, para que possamos compreender melhor como foi possível a permanência de uma longa ditadura como esta em nosso país, é preciso compreender que as Forças Armadas não eram de modo algum um corpo estranho àquela sociedade e, portanto, a ditadura foi antes de tudo *civil-militar*, não somente porque os civis sustentaram de diversas formas, direta ou indiretamente o regime ao longo de toda a sua duração, mas também porque a encenação da vida pública brasileira conservava muito da *mitologia* militar desde longa data. A ditadura foi, então, uma construção cujas bases estavam profundamente ancoradas na cultura política de inúmeros segmentos da sociedade.

Ainda assim, a memória de uma ditadura exclusivamente *militar* e de uma sociedade *inocente* tendeu a ganhar força e se consolidar no Brasil, inclusive na academia. Apenas recentemente começaram a surgir pesquisas e pesquisadores que se dispuseram a se debruçar sobre o tema do apoio social à ditadura. Sobre o tema do Sesquicentenário, a grande apoteose da ditadura, *esquecida* pela sociedade, merecem destaque a dissertação de mestrado da brasilianista Maud Chirio, defendida em 2001, na Universidade de Paris I (CHIRIO, 2001)⁵ e a tese de doutorado de Adjovanes Thadeu de

⁵ A dissertação trata, na verdade das comemorações do 7 de setembro durante todo o período da ditadura civil-militar, mas dedica especial atenção às comemorações do Sesquicentenário.

Almeida, defendida em 2009, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2009).

Mesmo nestes casos, alguns pesquisadores conservam ainda uma espécie de pudor em admitir que as comemorações do Sesquicentenário da Independência foram de fato, um momento em que a ditadura desfrutou de expressiva popularidade junto à sociedade civil. Adjovanes Thadeu de Almeida, por exemplo, realizou uma intensa pesquisa de fontes a partir das quais, ao longo da tese, o leitor pode comprovar o envolvimento de significativos segmentos sociais com os eventos de 1972. Não obstante, em sua conclusão, o autor parece recuar de maneira quase categórica, afirmando:

De acordo com as fontes selecionadas, podemos perceber que a comemoração dos 150 anos da Independência nacional teve alguma repercussão popular, em especial entre os mais jovens (isto é, crianças e adolescentes), que o viveram mais intensamente, por exemplo, no ambiente escolar, embora não necessariamente tenha havido uma motivação 'total e profunda, de modo a resultar numa participação consciente e entusiástica, de todas as camadas sociais, a partir dos mais altos níveis da hierarquia governamental, até os mais humildes trabalhadores, inclusive as crianças'. De todo modo, em 7 de setembro de 1972 reuniram-se pessoas de diversas partes do país para festejarem o 'Grito do Ipiranga'.

No entanto, o que podemos vislumbrar com o Sesquicentenário da Independência, entre outros elementos, foi a difusão de um discurso que valorizou o papel das Forças Armadas (...) (ALMEIDA, 2009: 212. Grifos meus.)

Aqui, aparece novamente a questão da valorização das Forças Armadas como um processo que se dava à revelia da sociedade. Mas, para além disso, chama atenção a insistência em um aspecto muito comum que compõe a memória coletiva sobre a ditadura e em particular a memória das esquerdas a respeito da participação da sociedade no pós 1964. De acordo com essa memória, a participação, quando se dava, acontecia de maneira *inconsciente*, sem *motivação total e profunda*. Mesmo a percepção de que foi no ambiente escolar que a festa encontrou maior receptividade, da forma como o autor a expressa, confirma a ideia de uma participação que não é *real* ou espontânea, mas sim induzida pelo poder, pelas instituições oficiais. Não obstante, é

preciso, sobretudo no âmbito da pesquisa acadêmica, tentar superar os limites impostos pelas batalhas de memória.

Se concordarmos que as comemorações encontraram nas escolas um espaço frutífero para se realizarem, é importante, antes de mais nada, refletir sobre as formas a partir das quais esta instituição se transformou num espaço apropriado a este tipo de evento. Ou antes, é preciso perceber a escola como um dos canais de expressão de uma cultura cívica brasileira já profundamente enraizada na sociedade. Além disso, a participação massiva de escolares nas festas cívicas não é uma novidade da ditadura civil-militar. Durante o Estado Novo varguista, por exemplo, a valorização da participação juvenil também se constituiu em importante aspecto das festas cívicas do período. De acordo com Maurício Parada, para o período aberto pelo golpe de 1937,

(...) as referências aos jovens estavam associadas à manutenção do regime no futuro. Sua inserção no imaginário político do Estado Novo se fez a partir de discursos e ações que viam a juventude como recurso e reserva política que deveria ser cuidada. Se as massas políticas do passado, devido a seus vícios, foram responsáveis pelas 'ameaças' à segurança da nação fazendo revoluções, as massas do futuro devem ser cuidadas e disciplinadas para não apresentarem estes desvios e vícios. Assim sendo, as políticas para a juventude passaram a ter um lugar de destaque dentro das prioridades do governo do Estado Novo. O jovem nacional passou a ser um recurso a ser gerenciado (...) (PARADA, 2009: 41)

Guardadas as devidas proporções, temos aí bons argumentos para refletirmos a respeito também da centralidade que a juventude escolar ocupou nas comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972. Nesse sentido, a participação das escolas e seus alunos não pode ser entendida dissociada do projeto cívico da ditadura que incluía, sem dúvida, a (re)educação da juventude a partir de normas que valorizassem a disciplina, a hierarquia, a obediência e o nacionalismo, entendido aqui no contexto dos anos 1970 tendo em vista também seu conteúdo anticomunista, ou seja, como o *antídoto* necessário contra *ideologias estranhas*, que *seduziam* facilmente alguns jovens. Dessa forma, não é por acaso que o projeto que instituiu a obrigatoriedade do ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas sucedesse em apenas um ano as *agitações* estudantis de 1968.

Por outra parte, não podemos menosprezar, como indica a própria pesquisa de fontes realizada por Adjovanes Almeida, que, para além das escolas, essa cultura cívica se expressou em 1972 de maneira significativa nos meios intelectuais e acadêmicos, como atestam as participações da ABI e do IHGB na CEC; nas associações esportivas; no empresariado nacional que participou e lucrou com a festa; nas associações de bairro; em algumas associações femininas que marcharam pelo golpe em 1964 e que renovaram sua adesão ao regime em 1972; nos meios religiosos; no público – imenso e diversificado – que foi assistir *Independência ou Morte*; nas incontáveis cartas de populares que chegaram à comissão. Ao fim, além de se filiar a uma longa tradição cívico-patriótica brasileira, não podemos esquecer da característica que particularizava o contexto da primeira metade dos anos 1970 e que foi responsável pela forte reativação desta tradição, agora envolvida por uma atmosfera de modernização que a particularizava: o *otimismo* e a *fé* no futuro do país, tão próprios dos anos do *Milagre*.

Analisando as comemorações da Independência entre 1964 e 1985, Maud Chirio chama atenção para o fato de haver uma espécie de “obsessão” por parte da Aerp, a partir de 1969, no sentido de atribuir popularidade às festividades. Observa, no entanto, que as estratégias propagandistas da ditadura somente se tornaram viáveis na medida em que elas recuperavam um patriotismo e um otimismo já pré-existentes na sociedade e profundamente ancorados no imaginário coletivo brasileiro e, nesse sentido, não deixaram de se manifestar porque o governo não era democrático. Para a autora, a tentativa *maniqueísta* verificada sobretudo em 1985, de considerar que o patriotismo *verdadeiro* foi abafado pelo autoritarismo é uma visão “tendenciosa” sobre o período.

Todavia, de acordo com a historiada, apesar da visão maniqueísta que se construiu a partir dos anos 1980, é preciso destacar que as críticas quanto ao caráter excessivamente solene e o rigor das manifestações de patriotismo encenada pelos militares não são completamente infundadas: “malgrado os esforços das agências de propaganda governamental para dar uma coloração popular às festas, a dureza política do regime se traduzia por uma formalidade e um controle excessivo das comemorações” (CHIRIO, 2001: 86). Assim, tendo em vista essa obsessão do governo por criar uma aparência de popularidade, Chirio acredita que seja necessário estabelecer alguns critérios se quisermos verificar a popularidade das festas de independência. Para ela, se quisermos “tentar apreender a percepção das festividades pela população, é preciso

distinguir as seguintes formas de popularização: a popularidade suscitada (graças à transformação das cerimônias em espetáculo), a popularidade simulada e a popularidade real” (CHIRIO, 2001: 74).

Ou seja, não se pode compreender a popularidade das festas de independência sem antes refletir sobre os esforços oficiais para torná-la popular. E é nesse sentido que o governo trabalhou, não apenas oferecendo ao povo o fasto, o espetáculo, mas também proporcionando o que a autora chamou de *popularidade simulada*, aquela que inclui, por exemplo, “a participação dos sindicatos sob ordens do Ministério do Trabalho e desfiles de carros alegóricos exaltando as realizações do regime”. De fato, se quisermos compreender a participação social nas festas da ditadura ou, para usar a expressão da autora, se quisermos compreender a *popularidade real* das comemorações do Sesquicentenário em particular, é de suma importância levar em consideração os esforços realizados pelo governo. Inclusive, perceber se esses estímulos foram bem recebidos e, se foram, por que o foram, são pressupostos fundamentais para compreendermos as formas a partir das quais a sociedade manifestou seu consentimento com relação à festa e à ditadura. Não obstante, de acordo com Chirio, a *popularidade real* das festas permanece difícil de apreender, em virtude da própria *obsessão* dos propagandistas em construir tal imagem, bem como em razão do próprio rigor e solenidade que marcaram as festas do regime.

No entanto, como admite a autora, para que as estratégias dos propagandistas surtissem efeito, era necessário trabalhar com sentimentos já fortemente ancorados no imaginário coletivo brasileiro. Esse é um dado fundamental para podermos analisar a participação efetiva da sociedade nas comemorações do Sesquicentenário da Independência que vai além dos esforços dos organizadores da festa. A própria noção de *popularidade simulada* cunhada pela historiadora nos permite compreender o consenso social em seu aspecto mais diversificado, uma vez que, é necessário a existência de um público, para que tal *simulação* tenha efeito. Nesse sentido, a partir dos exemplos dados por Chirio, é interessante pensar que para além daqueles sindicalizados que participavam das festas convocados pelo Ministério do Trabalho ou das pessoas que desfilavam em carros alegóricos incitadas pela ditadura, há uma multidão que acompanhava silenciosa e passiva estas manifestações, mas que de alguma forma, compunham a *mise-en-scène* do regime ou, ao menos, não ficavam indiferentes a ela.

Assim, se entendermos o consenso da forma como o definiu Daniel Aarão Reis, ou seja, em seu aspecto diferenciado (AARÃO REIS, 2010: 182), podemos perceber por trás da enorme preocupação com a popularidade que cercava os propagandistas do governo, as formas, diversificadas, a partir das quais a sociedade expressou seu consentimento com relação às festas e à ditadura.

No que tange às comemorações do Sesquicentenário, ou antes ao silêncio em torno da adesão social à festa, é importante destacar que ele não se constitui em caso único na memória sobre o período. Ao contrário, as manifestações públicas de apoio à ditadura em geral têm tido o mesmo destino: o *silêncio*. A sociedade não *esqueceu* estes eventos, mas *falar* deles, *lembrá-los* como atividades conscientemente realizadas por expressivos segmentos, parece causar um certo desconforto. Assim foi, por exemplo, com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. De norte a sul, nas grandes cidades e no interior, os terços foram acionados e multidões foram às ruas reativando importantes tradições conservadoras brasileiras, somadas a uma cultura política marcadamente anticomunista, que ganhava força no contexto da Guerra Fria e, particularmente, a partir do quadro de radicalização das posições e das lutas políticas travadas no decorrer dos primeiros anos da década de 1960 no Brasil (Cf: PRESOT, 2004).

Com o passar dos anos, mesmo as associações que participaram ativamente da organização das Marchas, passaram a lembrar o evento com certo pudor: falar e não falar, lembrar e *esquecer*, *orgulho* e *desilusão*. É dessa forma ziguezagueante que a memória dos grupos sociais envolvidos diretamente com as Marchas e com o *apoio ativo* ao golpe se desenvolve (Cf: CORDEIRO, 2009). No mais, a memória coletiva guarda dessas manifestações, como em geral do regime, um caráter *não espontâneo*: manipuladas pela Igreja, pelos homens, pelos militares, as mulheres foram às ruas, empunhando seus rosários em defesa da família, da religião, da Pátria. Uma memória problemática, que relega a segundo plano uma das manifestações mais expressivas que legitimou o golpe e sustentou a ditadura em um primeiro momento. Ignorando, para tanto, a força do pensamento conservador brasileiro, da cultura política *udenista* – especialmente forte naquele momento –, e do *medo real* de que o comunismo destruísse as instituições que organizavam e davam sentido à vida de expressivos segmentos sociais.

Não obstante, o silêncio que envolve as comemorações do Sesquicentenário é ainda mais ensurdecido do que aquele relativo às Marchas. Nos livros didáticos, nos programas de televisão, nos filmes sobre o período, ainda que de forma absolutamente maniqueísta, às Marchas da Família com Deus pela Liberdade é consagrado um lugar especial para explicar as lutas políticas que caracterizaram a primeira metade da década de 1960. Elas são apontadas como o ápice da organização das direitas na luta a favor da intervenção militar. Vez ou outra, portanto, o silêncio é rompido, ainda que em tom acusatório, para *absolver* ou, mais frequentemente, *condenar*. Os *bodes expiatórios* que permitem transferir sempre ao *outro* as responsabilidades pelos crimes do passado.

Mas o caso do Sesquicentenário é diferente: a festa não habita os livros didáticos, não é referida em filmes, enfim, nem mesmo este aspecto maniqueísta é capaz de romper o silêncio ao qual foi relegada. É certo que o contexto no qual ocorreram as Marchas é muito diverso daquele de 1972 e essa diferença tem, a meu ver, fundamental importância para explicar o *silêncio maior* que envolve o Sesquicentenário. Isso porque o consenso social que envolveu as Marchas possuía uma característica antes de tudo *defensiva* (CHIRIO, 2001: 72): no imediato pós-golpe o consenso, agregando determinado *udenismo*, foi se metamorfoseando em *castellismo*, mas era, sobretudo, expressivamente anticomunista. Todavia, se *udenismo* e *castellismo* eram marcados por um forte sentimento anticomunista, o mesmo não se pode dizer do consenso em torno do *Milagre*.

Os anos do governo Médici representavam um momento no qual o tipo de consenso em torno do regime se modificou profundamente. Com os órgãos de informação e repressão aperfeiçoados e agindo a todo vapor, a *caça* aos inimigos do regime podia ser deixada nas mãos do governo e o sentimento anticomunista, embora permanecendo latente, deu lugar à uma grande *euforia* desenvolvimentista. Este era um momento no qual o otimismo estava sendo *reinventado*, recorrendo à expressão de Carlos Fico (1997). Era um momento em que vastos segmentos sociais queriam *comemorar*. Eram verdadeiramente *tempos de comemoração*, de *alucinado* crescimento econômico, de um *país que ia pra frente*. O forte sentimento cívico que caracterizava a militância dos grupos que organizaram e participaram das Marchas continuava presente, mas agora sem a necessidade quase pungente da *eterna vigilância* contra o comunismo à qual esses grupos se propuseram em 1964.

Dito de outra forma, o consenso formado em 1964, do qual as Marchas foram as mais expressivas manifestações, diz respeito sobretudo – mas não apenas – a segmentos da sociedade que deram seu apoio ativamente ao golpe e à ditadura. Nesse sentido, tendo em vista uma memória maniqueísta, que define as relações da sociedade de modo polarizado entre *resistentes* e *colaboradores*, entre o *bem* e o *mal*⁶, é fácil perceber ali nas Marchas os *colaboradores*, o *lado mau*, transferindo sempre ao outro as responsabilidades pelos crimes do passado. Assim, as passeatas de 1964 são resgatadas em tom simplificador: não se deixa de mencionar o seu caráter *artificial*, não espontâneo, questionam-se também os números – teriam sido mesmo 1 milhão, no Rio de Janeiro? 500 mil em São Paulo? –, mas, ao mesmo tempo, não se pode *esquecê-las*, pois expressam bem o comportamento que é sempre o do *outro*, o *colaboracionista*.

O mesmo não ocorre com as comemorações do Sesquicentenário da Independência. Ali, em 1972, com o *Milagre* rendendo frutos e o país vivendo um momento de triunfante otimismo, o consentimento possuía uma outra natureza. Se sobre 1964 a memória pode olhar para trás e ver apenas uma direita vitoriosa e uma esquerda derrotada e vitimizada, em 1972 é diferente. É certo que a derrota das esquerdas – as armadas, sobretudo – somente se fez aprofundar com o passar dos anos, mas por outro lado, é mais difícil, no decorrer da festa, separar o *bem* do *mal*, o *joio* do *trigo*. Ali, não se tratava de definir *resistentes* e *colaboradores*.

Embora a festa tenha recebido críticas e a tentação das memórias vencedoras no Brasil seja grande no sentido de aplicar a palavra *resistência* abundantemente, no caso específico das comemorações o termo não se sustenta. Essa estrutura bipolar caracteriza, inclusive, a memória sobre todo o governo Médici e a própria ideia dos *anos de chumbo*. Mas as comemorações do Sesquicentenário, embora possa em certa medida ser incorporada por esse raciocínio maniqueísta, representa muito bem a natureza difusa do consenso, dificultando sua *apropriação* pela memória dos *anos de chumbo*.

A festa mostra, antes, a diversidade dos comportamentos sociais sob a ditadura, faz aflorar o que Pierre Laborie chamou de *zonas cinzentas*, ou seja, chama atenção para

⁶ O jornalista Ziraldo, por exemplo, no documentário *Simonal: ninguém sabe o duro que dei*, definiu nesses termos – bem e mal – as relações entre sociedade e ditadura. Em 2010, em meio às polêmicas criadas em torno dos royalties do petróleo, o deputado Ibsen Pinheiro se referiu à passeata realizada no Rio de Janeiro contra a sua proposta de divisão dos royalties dizendo “nem toda passeata é do bem. O Rio já fez manifestação para apoiar a ditadura”.

o comportamento do homem comum, sem polarizações. Como as pessoas em seu dia-a-dia agiram e reagiram diante da *mise-en-scène* do poder, diante da reconstrução da história realizada naquele momento pela ditadura, diante da convocação eufórica para comemorar os progressos do *país do futuro*. Assim, se “a memória descarta uma parte daquilo que a história persegue e fixa como objeto” (LABORIE, 2003: 61), o cotidiano das comemorações do Sesquicentenário evidencia justamente o que foi descartado pela memória: a complexidade da formação do consenso e a diversidade dos comportamentos sociais.

O Sesquicentenário traz o questionamento sobre a vida dos cidadãos comuns: aqueles que escreviam cartas para a comissão, os que compunham músicas em homenagem às festas, os que faziam poesias para D. Pedro I; questiona sobre as multidões que se vestiam de verde e amarelo e iam às ruas ver passar os desfiles; sobre os jovens atletas que participaram das olimpíadas escolares; sobre os aplausos que se ouviram no Maracanã durante a final da Taça Independência dirigidos ao presidente Médici; sobre os inúmeros visitantes que passaram pela Feira de Exportação brasileira, em São Paulo, a “Brasil Export-72”; sobre os curiosos que, sem serem entendedores ou entusiastas da *História-Pátria*, seguiram nas ruas do país o cortejo dos restos mortais do Imperador.

Em suma, as comemorações refletem a existência do consenso social em seu sentido mais amplo, invocando também a conciliação silenciosa, o consentimento tácito, a reprodução do cotidiano; embaralham a memória simplificadora dos *anos de chumbo*, para a qual existe um Estado todo-poderoso, que massacra seus inimigos nos *porões* e uma sociedade que oscila entre a *resistência* e a *ignorância*, mostrando que “para além das atrocidades e dos entusiasmos, dos expurgos e dos impasses, da polícia política e dos gritos de suas vítimas, a sociedade continuava existindo, reproduzindo-se, e reproduzindo, de forma ampliada, o sistema” (AARÃO REIS, 2011, no prelo).

Nesse sentido, as comemorações do Sesquicentenário mostram como, em um momento de festa, somado ao processo de modernização do país, a sociedade foi capaz, sob formas diferenciadas, de aderir, dialogar, consentir ou conviver harmoniosamente com o regime. E é justamente por isso que hoje, a memória coletiva silenciou sobre a festa: esta evidencia o consenso e, por isso, compromete o *mito da sociedade resistente*.

Fontes e bibliografia:

Fontes:

O Cruzeiro, 1972;

Fundo Comissão Executiva da Comemoração do Sesquicentenário da Independência. Arquivo Nacional/SDE - Documentos Públicos, código 1J;

Jornal do Brasil, 1971.

Bibliografia:

AARÃO REIS, Daniel. “Stalin, Stalinismo e sociedade soviética. Literatura & História”. In: Denise Rollemberg e Samantha Viz Quadrat (orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX*. Volume 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, no prelo;

_____. “Ditadura, anistia e reconciliação”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.23, nº 45, jan.-jul. de 2010, pp. 171-186;

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa: o Sesquicentenário da independência do Brasil (1972)*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009;

CHIRIO, Maud. *Une nouvelle écriture du destin national. La commémoration de l’Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985)*. Mémoire de Maîtrise d’Histoire. Université Paris I. Paris, 2001;

CORDEIRO, Janaina Martins. *Direitas em movimento. A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009;

CORREA, Antonio Jorge. *As comemorações do Sesquicentenário*. Rio de Janeiro: Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, 1972. Biblioteca do Sesquicentenário;

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1997;

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *O livro didático de Educação Moral e Cívica na ditadura de 1964: a construção de uma disciplina*. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia, 2006. Anais. www.faced.ufu.br/colubhe06/.../302JulianaMirandaFilgueiras.pdf. Acesso realizado em 31/05/2010;

LABORIE, Pierre. *Les français des années troubles. De la guerre d’Espagne a la Liberation*. Paris: Seuil, 2003;

PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Puc e Apicuri, 2009;

PRESOT, Aline. *As Marchas da família com Deus pela liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004;

SOUZA, Rosa Fátima de. “A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira”. In: *Cadernos Cedes*, ano XX, nº 52, novembro de 2000